



MME recebe representantes do setor de data center após sanção do Redata e defende inclusão do gás natural no programa

Ministério destaca que a presença de diversas fontes de energia são fundamentais para garantir a atratividade dos investimentos para o Brasil e para a segurança energética

Após a sanção do Projeto de Lei que criou o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenters (Redata), nesta terça-feira (15/9), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, recebeu representantes da Associação Brasileira de Data Centers (ABDC) e do setor, e reforçou a importância dos incentivos fiscais e do planejamento para que o país aproveite a janela de oportunidades e receba investimentos em tecnologia.

O Brasil é reconhecido mundialmente por sua pluralidade energética e como um dos países que mais descarbonizam o planeta. Assim, para que a lei garanta a atratividade de grandes centros de processamento de dados, o MME defende a presença de diversas fontes de energia na regulamentação do programa, incluindo o gás natural, classificado pela Agência Internacional de Energia (IEA) como combustível de baixa emissão de carbono e de transição energética.

“Hoje é um dia muito importante, em que o presidente Lula sanciona essa lei com incentivos fiscais e planejamento para os investimentos no Brasil e aproveitarmos essa janela de oportunidades. Para isso, nós evoluímos na matriz energética e na regulamentação do acesso ao sistema elétrico, dando previsibilidade aos investidores internacionais e nacionais. É por isso que o diálogo permanente com a associação é fundamental para que a gente convirja o interesse do crescimento nacional, da geração de emprego e renda, e também dos investimentos privados que, naturalmente, precisam ter por parte dos governos segurança, planejamento, estabilidade política e social”, afirmou o ministro.

PNAST

Durante a reunião, os representantes do setor comemoraram a sanção da lei e ressaltaram a importância da Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (PNAST), elaborada pelo MME, que modernizou os procedimentos que regem como geradores e consumidores acessam a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Um dos objetivos da medida foi afastar especulações no setor elétrico, acabando com a antiga "fila de espera" por ordem de chegada para a conexão ao SIN. Com a política, entre janeiro de 2025 e maio de 2026, 65 projetos de data centers tiveram seus pareceres de acesso aprovados, totalizando quase 6,5 GW de demanda no país.

